

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL

Carla Hecht Domingos e Angélica F. de Gonçalves***

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Breve comentário sobre a evolução da Responsabilidade Civil. 3. A Responsabilidade Civil por dano ambiental. 3.1 O dano ambiental. 3.2 Pressupostos para reparação. 4. Conseqüências da aplicação da Responsabilidade Objetiva na reparação do dano. 5. Conclusão.

1. Introdução

O crescimento de um país é indispensável, não resta dúvida, porém, deve ser feito de maneira planejada e sustentável, visando o objetivo primordial de garantir a harmonia entre o desenvolvimento sócio-econômico e a preservação da qualidade ambiental, de modo que o progresso se verifique em função do homem e não às custas dele. A política ambiental não deve ser entendida como elemento inibidor do desenvolvimento, mas sim como um de seus instrumentos mais valiosos, haja vista que propicia a gestão racional dos recursos naturais.

O planeta passa por uma séria crise ambiental, que vem se agravando a cada dia. A atuação indiscriminada e inconseqüente do homem na busca dos bens naturais (que são limitados), necessários à satisfação de seu bem estar, tem sido fator determinante para o desequilíbrio e a progressiva destruição de ecossistemas.

* Mestranda Faculdade de Direito de Campos

** Advogada. Pós-Graduada em Direito Ambiental com ênfase em petróleo MBA pela UCAM - Campos, RJ. Gestora qualificada (QSMS) da Fluke Engenharia Ltda. (Macaé, RJ)

Diante dessa alarmante realidade, intensificou-se a preocupação com o meio ambiente, principalmente nas últimas três décadas.

Tem-se, deste modo, na presente obra, um apanhado teórico que vai desde o surgimento da responsabilidade civil no âmbito privado, até as conseqüências da responsabilidade civil por dano ambiental.

A lei n.º 6.938/81, instituidora da Política Nacional do Meio Ambiente, criou a responsabilidade independente de culpa em matéria ambiental, tendo como base a teoria do risco integral, segundo a qual cabe o dever de indenizar àquele que exerce atividade perigosa e, assim, para que se prove a existência da responsabilidade por danos ambientais, basta a comprovação do dano existente e do nexo causal.

Assim, a teoria supracitada trouxe algumas conseqüências, como: o fato da culpa não precisar ser provada; a inaplicabilidade das excludentes e, por fim, a irrelevância do ato lícito como argumento para se esquivar da reparação, que será devidamente exposto no momento oportuno.

Vale ressaltar, ainda, que não é apenas a agressão à natureza que deve ser objeto de reparação, mas também a privação do equilíbrio ecológico, do bem estar e da qualidade de vida imposta à coletividade.

Até porque, a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu art. 225, elevou o meio ambiente à categoria de bem de uso comum do povo, assegurando ser direito de todos tê-lo de maneira ecologicamente equilibrada e, em contrapartida, determinou que sua defesa e preservação, para as presentes e futuras gerações, é dever do Poder Público, bem como de toda a coletividade.

2. Evolução da responsabilidade civil no direito ambiental

As primeiras referências acerca do que futuramente seria consagrado como Responsabilidade Civil, remontam à época do domínio da vingança privada não regulamentada,¹ que consistia em uma reação espontânea e natural contra o ofensor.² Posteriormente, esta forma de reação passou a ser regulamentada na denominada *pena de talião* (“olho por olho, dente por dente”).

Mais adiante surge a figura da composição, voluntária ou legal, instituída pela Lei das XII Tábuas. A composição voluntária consistia no fato da vítima poder receber do ofensor dinheiro ou bens a título de *poena*, ao invés de submetê-lo a sofrimento igual por ele vivenciado.³ Enquanto na legal a vítima recorria a proteção estatal a fim de ter seu dano reparado. A responsabilidade era objetiva, não dependia da culpa, apresentando-se apenas como uma reação do lesado contra a causa aparente do dano.

Odete Novais Carneiro Queiroz descreve de maneira sucinta essa evolução: “A vingança foi substituída pela composição voluntária, passando para as composições legais e, por fim, para a reparação pelo Estado.”⁴ O Estado passou, então, a intervir nos conflitos privados, fixando o valor dos prejuízos, obrigando a vítima a aceitar a composição, renunciando à vingança.

Surgiu, então, a Lei Aquília (286 a.C.), que instituiu, de forma mais precisa, a questão da reparação do dano, embora diferente dos moldes hoje existentes, haja vista

¹ LANFREDI, Geraldo Ferreira. *Política Ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos*. São Paulo: RT, 2002. p. 39.

² BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. *Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p. 295.

³ QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. *Da Responsabilidade por vício do produto e do serviço*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. p.27-34.

⁴ *Ibidem.*, p.28.

"que é uma verdadeira sistematização no sentido de punir através de um determinado tipo de ação todos os atos prejudiciais a alguém."⁵

Esta lei trouxe, implícita em seu texto, a idéia de culpa, sedimentando a idéia de reparação pecuniária do dano e pressupondo a culpa do responsável. Daí, a expressão responsabilidade aquiliana.

A Lei Aquília inovou ao distinguir a responsabilidade civil da responsabilidade penal, vez que até então *pena* e *reparação* não eram dissociadas.

José de Aguiar Dias apresenta uma síntese da evolução da responsabilidade civil:

Da vingança privada ao princípio de que a ninguém é lícito fazer justiça pelas próprias mãos, à medida que se afirma a autoridade do Estado; da primitiva assimilação da pena com a reparação, para a distinção entre a responsabilidade civil e responsabilidade penal, por insinuação do elemento subjetivo da culpa, quando se entremostra o princípio *nulla poena sine lege*.⁶

Importante ressaltar, entretanto, que

...a feição moderna do instituto da responsabilidade civil data do período que vai do séc. XVI ao início do séc. XIX, sob a influência das idéias de liberdade individual em que se cria um sistema reparatório, onde aparece a culpa como fundamento e se fixa o nexo causal para a responsabilização, com

⁵ CRETELLA JÚNIOR, José. *Apud* FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. 2 ed. São Paulo: RT, 2002. p. 169.

⁶ DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 10ª ed. v.l. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 31

base na figura do *dannum injuria datum* (dano causado ilicitamente).⁷

A Revolução Industrial (século XIX) trouxe diversas inovações, principalmente tecnológicas, mas também acentuou o desequilíbrio social já existente. Destarte, tornou-se imprescindível a intervenção estatal (neoliberalismo) a fim de amparar o economicamente mais fraco e restabelecer o equilíbrio nas relações privadas.

Assim, pode-se dizer que foi, precisamente na segunda metade do século XIX que a responsabilidade objetiva ganha corpo e se agiganta como um sistema autônomo no campo da Responsabilidade Civil.⁸

Foi, portanto, o fato da responsabilidade calcada na culpa não mais conseguir solucionar os problemas da sociedade e a preocupação do movimento neoliberal em restabelecer o equilíbrio da sociedade que fez surgir a responsabilidade objetiva.

Pode-se dizer, assim, que a teoria da Responsabilidade Civil Tradicional está fundada na idéia de culpa, enquanto as transformações ocorridas na sociedade deram origem a Teoria do Risco ou da Responsabilidade Civil Objetiva.

Todavia, o Código Civil de Napoleão, de 1804, consagrou a responsabilidade com base na culpa. Por conseguinte, os Códigos modernos foram buscar nele sua fonte de inspiração.

Desta forma, o Código Civil de 1916 adotou a responsabilidade extracontratual subjetiva, ou teoria aquiliana.

Contudo, a idéia de risco vem sendo introduzida pela legislação especial com o intuito de proteger interesses sociais, econômicos, políticos, civis, culturais e ambientais. Tem-se como exemplo a legislação esparsa a seguir destacada: Decreto n. 2.681, de 7.12.1912 (acidentes nas

⁷ LANFREDI, op. cit., nota 1, p. 47.

⁸ BARACHO JÚNIOR, op. cit., nota 2, p. 301.

estradas de ferro); Decreto-Lei n. 483, de 8.6.1938 (acidentes no transporte aéreo – Código Brasileiro de Aeronáutica, com a vigência da Lei n. 7.565, de 19.12.1986); Decreto-Lei n. 7.036, 10.11.1944 (acidentes de trabalho); Lei n. 6.938, de 31.8.1981 (danos causados ao meio ambiente).

Percebe-se que a responsabilidade civil por dano ambiental surge de forma totalmente distinta daquela que possibilitou o surgimento do instituto da responsabilidade civil. Isto se deve ao fato de que esta tinha no seu bojo a idéia de proteção da autonomia privada, enquanto aquela tem em vista a proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Salienta-se para o fato de que nem todos os países adotam a responsabilidade objetiva. Neste sentido dispõe Paulo de Bessa Antunes:

Neste particular a legislação brasileira está muito mais adiantada do que a de diversos países europeus. Em verdade, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, em muitos países europeus, por exemplo, está fundada na culpa, sendo, portanto, subjetiva.⁹

Faz-se imprescindível relatar que, antes mesmo da promulgação da lei ambiental n.º 6.938, de 31.8.1981, houve um artigo¹⁰ publicado em 1977, de autoria de Sérgio Ferraz, que ficou conhecido por muitos autores brasileiros como a principal referência doutrinária em matéria de responsabilidade civil por dano ambiental.

O autor traz três idéias que indica como antecedentes a discussão da responsabilidade por dano

⁹ ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. p.140.

¹⁰ FERRAZ, Sérgio. Responsabilidade civil por dano ecológico. *Revista de Direito Público*. São Paulo. V. 49-50.

ambiental. A primeira diz respeito as atividades potencialmente degradadoras, onde o autor propõe que haja concessão de uma autorização a título precário, unilateralmente revogável. A segunda refere-se a uma legitimação de todo e qualquer cidadão para promover a atuação dos poderes públicos competentes com o intuito de assegurar a integridade do ambiente. A terceira e última seria a desapropriação para fins de preservação ou melhoria da qualidade do ambiente.¹¹

As idéias apresentadas apontam para uma flexibilização dos atributos próprios do Direito de Propriedade, que surge como pressuposto para que o autor analise a responsabilidade por danos ambientais.¹²

Sustenta Ferraz que a responsabilidade por danos ambientais deve ser objetiva estando vinculada a teoria do risco integral. Expressa, assim, uma grande preocupação em estabelecer um sistema o mais rigoroso possível face ao alarmante quadro de degradação ambiental existente no Brasil.¹³

Desse modo, para que se possa pleitear a reparação do dano faz-se indispensável a existência dos chamados *pressupostos da responsabilidade por dano ambiental*, que serão analisados no capítulo seguinte.

3. A responsabilidade civil por dano ambiental

Art. 14, §1º da lei 6.938, de 31.08.1981.
Sem prejuízo das penas administrativas previstas nos incisos do artigo, o poluidor é obrigado, independentemente de culpa, a indenizar ou reparar os danos

¹¹ BARACHO JÚNIOR, op. cit., nota 2, p. 318.

¹² Ibidem., p. 319.

¹³ Ibidem., p. 322.

causados ao meio ambiente e a terceiro, afetados por sua atividade.

O direito ambiental possui três esferas de atuação: a preventiva, a reparatória e a repressiva.¹⁴ O caráter preventivo deve ser preponderante, uma vez que a sanção *a posteriori* pode ser ineficaz na medida em que já se produziram as consequências nocivas ao meio ambiente e à sociedade.

Neste sentido, dispõe Fábio Feldmann

A degradação ambiental, como regra, é irreparável. Como reparar o desaparecimento de uma espécie? Como trazer de volta uma floresta de séculos que sucumbiu sob a violência do corte raso? Como purificar um lençol freático contaminado por agrotóxicos?¹⁵

Com o mesmo raciocínio descreve Paulo de Bessa Antunes

A reparação visa fazer com que o lesado, através do recebimento de uma indenização, seja recolocado no *status quo ante*, como se a lesão não houvesse ocorrido. Esta é uma concepção teórica, pois na maior parte das vezes, é impossível a reconstrução da realidade anterior: e. g., morte de uma pessoa, destruição de uma obra de valor histórico, artístico ou paisagístico; extinção de uma espécie animal etc. Existem bens que são *únicos* e nesta qualidade, são insubstituíveis.¹⁶

¹⁴ MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2001. p. 419.

¹⁵ FELDMANN, Fábio. *Apud* MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2001. p. 420.

Tem-se, dessa forma, que os danos ambientais são de difícil reparação e muitas vezes de impossível reparação, sendo assim, a proteção do meio ambiente deve ser antes preventiva que reparatória, pois esta cuida do dano já consumado, enquanto aquela da possibilidade de se evitar o dano.

O dever jurídico de evitar a consumação de danos ao meio ambiente vem sendo discutido em convenções, declarações e sentenças de tribunais internacionais. Isto se deve a necessidade de prever, prevenir e evitar, na origem, as transformações prejudiciais ao homem e ao meio ambiente. Todos esses comportamentos dependem de que o ser humano assuma a atitude de estar atento ao seu meio ambiente e não aja sem uma prévia avaliação das conseqüências. Prevenir significa agir antecipadamente. Todavia, para que haja este tipo de ação é preciso informação técnica organizada e pesquisa.¹⁷

A responsabilidade civil objetiva, por sua vez, desempenha um importante papel no âmbito ambiental, na medida que enseja duas formas de reparação: a recomposição do *status quo ante* e/ou uma indenização em dinheiro.

A outra esfera de atuação do Direito Ambiental diz respeito a responsabilidade penal que tem conotação repressiva e inibidora, influenciando, no caso de pessoas jurídicas, na imagem que possuem junto ao consumidor.

Vale salientar, todavia, que o mesmo ato atentatório ao meio ambiente pode ter repercussão tripla, ou seja, pode o causador do dano ser responsabilizado, alternativa ou cumulativamente, nos âmbitos administrativo, civil e penal.¹⁸

Isto se deve ao princípio de independência da responsabilidade civil com relação à responsabilidade criminal, disposto no art. 1525 do Código Civil de 1916 e

¹⁶ ANTUNES, op. cit., nota 9, p.141.

¹⁷ MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12 ed. rev. atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 73-74.

¹⁸ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 442.

na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu no art. 225, § 3º que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano.”

No que se refere a preocupação com a base planetária, parece que a mais expressiva não poderia deixar de ser a prevenção e, em segundo lugar a responsabilidade civil, pois cumpre, num dado momento, de estabelecer o *status quo ante*, enquanto que a responsabilidade penal abarcaria apenas a questão da inibição e da punição, característica própria do Direito Penal, não perdendo, contudo, seu caráter de relevância.

Pode-se considerar, assim, que o esforço em restabelecer o equilíbrio violado pelo dano ambiental é fonte geradora da responsabilidade civil, mas o que se entende por dano ambiental?

3.1. O dano ambiental

Paulo de Bessa Antunes relata as dificuldades encontradas pela literatura jurídica moderna na tentativa de definir dano ambiental e justifica essa dificuldade em razão da própria omissão da Constituição em elaborar uma noção técnico-jurídica de meio ambiente.¹⁹

Não obstante, a lei n.º 6.938/81, no seu artigo terceiro, definiu meio ambiente, degradação ambiental e poluição, o que, como afirma Édís Milaré, vinculou de forma indissociável poluição e degradação.

Isto se deve ao fato de que, nos ditames da referida lei, a poluição é consequência da degradação ambiental,

¹⁹ ANTUNES, Paulo de Bessa *Apud* MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2001. p. 421.

que é, por sua vez, a alteração adversa das características do meio ambiente que causa lesão ou prejuízo.²⁰

Seguindo este entendimento, pode-se afirmar que dano ambiental, nada mais é do que, nos dizeres de Paulo de Bessa Antunes, “lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação – alteração adversa ou *in pejus* – do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida.”²¹

Ocorre, todavia, que alguns doutrinadores entendem que não basta que o comportamento prejudique o meio ambiente, faz-se necessário, ainda, haver uma norma que proíba certa atividade ou proteja determinado bem ecológico.

Contudo, como será analisado no capítulo III da presente obra, uma atividade mesmo sendo lícita pode ser capaz de gerar dano ao ambiente e, por conseqüência, ser passível de reparação. Diante disso, não faz sentido o disposto acima.

Além das definições supramencionadas, essa mesma legislação previu expressamente duas modalidades de dano ambiental: o dano causado ao meio ambiente, denominado *dano ambiental coletivo* e o dano causado a terceiros, denominado *dano ambiental individual*.

O primeiro é causado ao ambiente globalmente considerado – patrimônio coletivo - e, quando devidamente cobrado (sempre por ação civil pública), destina-se a um fundo (art. 3º da lei 7.347/85). Enquanto o segundo refere-se ao dano individual e sua indenização é dirigida a recomposição do patrimônio individual das vítimas.²²

O dano ambiental tem características próprias, assim, sua caracterização deve-se a *pulverização de vítimas*, pois afeta, necessariamente, a uma pluralidade difusa de sujeitos, ainda que alguns aspectos particulares da sua danosidade prejudiquem individualmente certos

²⁰ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 421.

²¹ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 421 e 422.

²² MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 423.

sujeitos. Além disso, o dano ambiental é de difícil reparação e de difícil valoração, o que nem sempre é possível.²³

Destarte que para haver a reparação civil do dano torna-se imprescindível a demonstração dos pressupostos desta.

3.2. Pressupostos para reparação

Os pressupostos para a reparação não passam de requisitos indispensáveis para que seja configurada a responsabilidade civil. Neste sentido, alguns autores, como Lanfredi,²⁴ entendem serem três os pressupostos da reparação: *a ação, o dano e o nexo causal*. Outros, como Milaré,²⁵ assinalam dois pressupostos: *o evento danoso e o nexo causal*.

Vale ressaltar, que esta distinção é apenas didática, uma vez que o denominado *evento danoso* abrange a *ação* e o *dano*, tendo, portanto, significados idênticos.

Assim, o evento danoso é, nos dizeres de Édis Milaré, “resultante de atividades que, direta ou indiretamente, causem a degradação do meio ambiente (=qualidade ambiental) ou a um ou mais de seus componentes.”²⁶ O evento danoso é, portanto, a ação ou omissão que gera o dano ambiental ou, em outras palavras, a atividade que enseja o prejuízo.

No que diz respeito ao nexo de causalidade, importa dizer que se trata da relação de causa e efeito, onde deve-se comprovar que o fato do agente foi a causa do dano.²⁷ Nas palavras de Milaré “basta que se demonstre a existência do dano para cujo desenlace o risco da atividade influenciou decisivamente.”²⁸

²³ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 423.

²⁴ LANFREDI, op. cit., nota 1, p. 51.

²⁵ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 429.

²⁶ Ibidem., p. 429.

²⁷ LANFREDI, op. cit., nota 1, p. 53.

²⁸ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 431.

Há situações, no entanto, que não é possível demonstrar a existência do dano por se tratar de dano futuro. Nestes casos, é dispensável tal pressuposto, sendo imprescindível uma previsão técnica da possibilidade do dano futuro para que haja a reparação.

Além disso, sustenta o autor supramencionado que não é tarefa fácil a determinação segura do nexo causal, uma vez que os fatos da poluição, dada a sua complexidade, permanecem muitas vezes camuflados tanto pelo anonimato como pela multiplicidade de causas.²⁹

Frisa-se que a meta da responsabilidade civil ambiental é, em primeiro lugar, tentar estabelecer o status quo ante e, apenas quando não for possível tal reconstituição, admitir-se o ressarcimento monetário.

Importante salientar que o dano ambiental pressupõe reparação ambiental integral (art. 14, § 1º da lei 6.938/81) e que os agentes responsáveis são todos aqueles que contribuíram para a configuração do dano ambiental (art. 3º, IV da lei 6.938/81), respondendo estes conforme a regra da solidariedade.

Tem-se, assim, que a responsabilidade civil por dano ambiental sustenta-se na teoria do risco integral e, por isso, traz consequências para que haja o dever de indenizar, quais sejam, a irrelevância da existência de culpa, a inaplicação das excludentes da responsabilidade e a irrelevância da licitude da atividade, como será aludido no capítulo seguinte.

4. Consequências da aplicação da responsabilidade objetiva na reparação do dano.

Como alhures salientou-se, a obrigação de indenizar calcada na responsabilidade objetiva, trouxe consequências para que a reparação do dano se efetive, quais sejam, a

²⁹ Ibidem., p. 431.

irrelevância da existência de culpa, a inaplicação das excludentes da responsabilidade e a irrelevância da licitude da atividade.

Uma vez que a obrigação de indenizar depende exclusivamente da ocorrência do evento danoso e do nexo causal, a perquirição da culpa é irrelevante, até porque a primeira consequência da regra da objetividade é ensejar o afastamento da investigação e da discussão da culpa do poluidor.

Entende-se por excludentes tradicionais o caso fortuito, a força maior, a culpa exclusiva da vítima e o dolo de terceiro. O *caso fortuito* está relacionado à pessoa ou à atividade do responsável, ou seja, está diretamente ligado aos riscos próprios da atividade desempenhada. Enquanto a *força maior* diz respeito a fato da natureza, independente da vontade humana.

A mais abalizada doutrina tem se posicionado no sentido de que a teoria do risco integral torna inaplicável as excludentes, impossibilitando, também, a invocação da cláusula de não-indenizar, dada a incompatibilidade destes institutos. A cláusula de não-indenizar só é possível em obrigações passíveis de modificação convencional, o que não é o caso do Direito Ambiental.

Nessa linha de raciocínio, a culpa exclusiva da vítima ou o dolo de terceiro também não excluem a responsabilidade, todavia, admitem ação de regresso.

Isto se deve ao fato de que, se fossem admitidas tais excludentes, muitos danos ficariam sem reparação, e, ademais, a teoria do risco integral pressupõe que o poluidor assumiu o risco de sua atividade e de todos os ônus inerentes a ela.

Neste sentido dispõe Milaré

...o poluidor deve assumir integralmente todos os riscos que advêm de sua atividade. O interesse público, que é a base do Direito Ambiental, encontra na responsabilidade civil objetiva uma

forma de convivência com a atividade particular voltada, normalmente, para o lucro...a utilidade dos particulares não pode prejudicar a utilidade comum.³⁰

No que tange a atividade lícita, faz-se importante demonstrar que muitos autores consideram-na excludente. José Afonso da Silva, por exemplo, as colocou no rol das excludentes.³¹

Todavia, não é pacífico entre os doutrinadores o entendimento da inaplicabilidade das excludentes no Direito Ambiental, ao passo que, a alegação de ser lícita a atividade com o fim de se eximir da obrigação de reparar, já foi consagrada entre eles como fato irrelevante.

Nada mais óbvio, deste modo, do que entender a irrelevância da licitude da atividade como mais uma consequência da aplicação da Teoria do Risco Integral e não como uma excludente.

Desta feita

...não se discute, necessariamente, a legalidade da atividade. É a potencialidade do dano que a atividade possa trazer aos bens ambientais que será objeto de consideração.³²

Muitas vezes o poluidor se defendia alegando que sua atividade estava dentro dos padrões de emissão traçados pela autoridade administrativa e que tinha licença ou autorização para exercê-la, sendo, portanto, lícita a sua conduta.³³

Ocorre, todavia, que os padrões estabelecidos nas licenças são mínimos, não sendo na maioria das vezes suficientes para evitar os danos; além disso, as normas técnicas que estão na base do licenciamento podem estar

³⁰ MILARÉ, op. cit., nota 14, p.434.

³¹ SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. P.313.

³² MILARÉ, op. cit., nota 14, p.433.

³³ MILARÉ, op. cit., nota 14, p. 432.

desatualizadas, gerando a necessidade de cumprir requisitos mais rigorosos. Ademais, é possível haver pressão econômica ou política quando da elaboração das normas do licenciamento e pode ocorrer ainda, que o próprio Estado empresário venha a legislar em causa própria, redundando em padrões de qualidade não tão rigorosos como o desejável.³⁴

Tudo isso é motivo para que a atividade lícita seja encarada como argumento irrelevante.

5. Conclusão

A guisa das conclusões vale ressaltar que a ação transformadora do homem não pode colocar em perigo a estrutura e funcionamento do ambiente natural, nem tampouco provocar a sua destruição.

Diante dessa realidade, tornou-se imperioso que o legislador disciplinasse normas que tivessem o fito de proteger o meio ambiente. Foi essa necessidade que fez surgir a lei 6.938/81 que regulamentou a responsabilidade civil objetiva nos casos de danos ambientais como meio de proteção do direito coletivo.

Neste contexto, a Responsabilidade Civil por dano ambiental tenta cumprir seu papel, na medida que impõe ao poluidor a obrigação de restabelecer o *status quo ante* do meio vilipendiado e dispõe uma indenização em dinheiro.

A responsabilidade civil objetiva trouxe consequências inovadoras: o afastamento da necessidade de se perquerir a culpa; a inaplicabilidade das excludentes e; a atividade lícita como irrelevante.

Por outro lado, não parece ser a Responsabilidade Civil a medida mais prudente para recuperar o planeta,

³⁴ ROCHA, Maria Isabel de Matos. Reparação de danos ambientais. Revista de Direito Ambiental, n.º19, ano 5, jul./set. 2000, p. 129-156. São Paulo: RT, 2000. p. 142-144.

visto que muitas vezes os danos ambientais são irreversíveis e na maioria dos casos as indenizações possuem valores expressivamente pequenos diante do colosso econômico das empresas degradadoras.

Esta é uma das razões pelas quais se torna mais prudente a aplicação do princípio da prevenção, consagrado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 – ECO 92.

Além disso, vale ressaltar que faz-se indispensável uma eficiente conscientização da comunidade no sentido de que salvar o meio ambiente não depende exclusivamente do Estado, mas também e principalmente de uma ação conjunta de toda a sociedade.

Para que tal objetivo se concretize é preciso que haja, antes, uma Educação Ambiental real, capaz de modificar os padrões atuais de consumo, bem como alterar a conduta de cada indivíduo perante o Meio Ambiente.

Uma revolução de valores, é o que o Planeta, ainda azul, necessita. Resgatar o respeito pelo outro, o amor pela natureza, enfim, a sensibilidade pela vida.

Referências:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. *Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

BRASIL, Constituição Federal, coletânea de legislação de direto ambiental. Organizadora Odete Medauar. São Paulo: RT, 2002.

BUGLIONE, Samantha. O desafio de tutelar o meio ambiente. *Revista de Direito Ambiental*, n.º17, ano 5, jan./mar. 2000, p. 194-220. São Paulo: RT.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Apud* FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2002.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREITAS, Vladimir Passos. *A Constituição Federal e a Efetividade das Normas Ambientais*. 2ª ed. rev. São Paulo: RT, 2002.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. *Política Ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos*. São Paulo: RT, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12ª ed. rev. atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2004.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 2001.

QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. *Da Responsabilidade por vício do produto e do serviço*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

ROCHA, Maria Isabel de Matos. Reparação de danos ambientais. *Revista de Direito Ambiental*, n.º19, ano 5, jul./set. 2000, p. 129-156. São Paulo: RT, 2000.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

RESUMO

Devido a importância que as questões ambientais alcançaram nas últimas décadas, em especial para alcançar-se um desenvolvimento sócio-econômico sustentável, torna-se relevante analisar e identificar os contornos da responsabilidade civil por danos ambientais, que é o que se propõe este artigo.

ABSTRACT

Due to the importance the environmental questions have reached in the last decades, specially in order to achieve a sustainable social and economic development, it becomes important to analyse and identify the content of civil responsibility for environmental damages, which is the proposal of this article.